

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Carlos Manuel Ferreira Abrantes

PASSIVO	172.679.482	169.310
---------	-------------	---------

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Vasco Luis Schulthess de Quevedo Pessanha

(Método da consolidação integral)

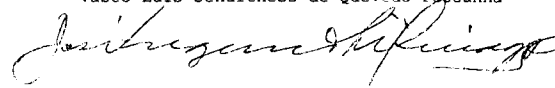
em milhares de escudos

	1º SEMESTRE 2000	1º SEMESTRE 1999
CUSTOS E PERDAS		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
Mercadorias	93.971.108	40.869.123
Matérias	126	8.173.397
Fornecimentos e serviços externos	6.467.371	5.146.855
Custos com o pessoal:		
Remunerações	6.728.111	4.283.360
Encargos sociais:		
Pensões	993.148	14.652
Outros	311.339	1.378.227
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	2.021.424	2.638.986
Provisões	537.815	76.478
Impostos	411.014	360.532
Outros custos e perdas operacionais	447.366	711.024
(A)	111.888.822	63.652.634
Juros e custos similares:		
Outros	3.279.221	2.170.242
(C)	115.168.043	65.822.876
Custos e perdas extraordinários	3.901.622	181.548
(E)	119.069.665	66.004.424
Imposto sobre o rendimento do exercício	623.500	250.000
(G)	119.693.165	66.254.424
Interesses minoritários	(+) 34.964	(+) 54.349
Resultado consolidado líquido do exercício	(-) 1.530.760	(+) 1.133.262
	118.197.369	67.442.035
PROVEITOS E GANHOS		
Vendas:		
Mercadorias	111.998.624	53.637.408
Produtos	288.812	10.385.195
Prestações de serviços	407.641	587.256
Variação da produção	(-) 10.174	(-) 760.508
Trabalhos para a própria empresa	0	448.690
Proveitos suplementares	556.090	242.777
Subsídios à exploração	0	583
Outros proveitos e ganhos operacionais	532.065	820.719
(B)	113.773.058	65.362.120
Ganhos de participações de capital:		
Relativos a outras empresas	150.361	79.883
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:		
Outros	0	600
Outros juros e proveitos similares:		
Outros	2.864.118	1.313.458
(D)	116.787.537	66.756.061
Proveitos e ganhos extraordinários	1.409.832	685.974
(F)	118.197.369	67.442.035

RESUMO:			
Resultados operacionais: (B) - (A) =	(+)	1.884.236	(+) 1.709.486
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =	(-)	264.742	(-) 776.301
Resultados correntes: (D) - (C) =	(+)	1.619.494	(+) 933.185
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =	(-)	872.296	(+) 1.437.611
Resultado consolidado com os interesses minoritários do exercício: (F) - (G) = ..	(-)	1.495.796	(+) 1.187.611

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Carlos Manuel Ferreira Abrantes

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Vasco Luís Schulthess de Quevedo Passanha



BALANÇO

		1º SEMESTRE 2000		1º SEMESTRE 1999		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	1º SEMESTRE 2000		1º SEMESTRE 1999	
ATIVO		Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido					
Imobilizado:						Capital próprio:				
Imobilizações incorpóreas:						Capital	(+)	30.000.000.000,00	(+)	30.000.000.000,00
Despesas de instalação		1.828.549.744,10	1.097.821.230,90	730.728.513,20	272.611.113,20	Acções próprias-Valor nominal	(-)	877.300.000,00	(-)	877.300.000,00
Propriedade industrial e outros direitos		5.075.786,00	670.875,00	4.404.911,00	19.092.862,00	Prêmios de emissão de acções	(+)	3.000.000.000,00	(+)	677.592.889,00
Imobilizações em curso		24.858.604,00		24.858.604,00	768.760.060,00	Reservas de reavaliação		0		3.000.000.000,00
		1.858.484.134,10	1.098.492.105,90	759.992.028,20	1.060.464.035,20	Reservas:				0
Imobilizações corpóreas:						Reservas Legais	(+)	753.000.000,00	(+)	698.000.000,00
Terrenos e recursos naturais		132.319.352,00		132.319.352,00	132.319.352,00	Outras reservas	(+)	11.200.000.000,00	(+)	11.160.000.000,00
Edifícios e outras construções		374.903.372,60	209.918.090,00	164.985.282,60	123.613.960,60	Resultados transitados	(+)	199.337.033,20	(+)	166.219.400,80
Equipamento básico		49.367.268,50	48.838.718,70	528.549,80	3.379.090,80	Subtotal	(+)	45.152.337.033,20	(+)	43.469.326.511,80
Equipamento de transporte		27.279.623,20	15.448.950,20	11.830.673,00	18.116.597,00	Resultado líquido do exercício	(+)	356.336.143,50	(+)	298.140.527,20
Equipamento administrativo		84.717.159,20	79.745.947,90	4.971.211,30	4.606.914,30	Total do capital próprio	(+)	45.508.673.176,70	(+)	43.767.467.039,00
Outras imobilizações corpóreas		23.211.674,00	12.088.243,00	11.123.431,00	10.094.545,00	Passivo:				
Imobilizações em curso		7.756.704,00		7.756.704,00	7.756.704,00	Provisões para riscos e encargos:				
		699.555.153,50	366.039.949,80	333.515.203,70	299.887.163,70	Outras provisões para riscos e encargos				
Investimentos financeiros:										
Partes de capital em empresas do grupo		15.417.500.000,00		15.417.500.000,00	50.308.451.244,70					
Imobilizações em curso		618.112.487,00		618.112.487,00	0					
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros		6.835.651.941,00		6.835.651.941,00	6.665.651.941,00					
		22.871.264.428,00		22.871.264.428,00	56.974.103.185,70					
Circulante:										
Dividas de terceiros - Médio e longo prazo:										
Empresas do grupo		6.547.956.890,00		6.547.956.890,00	1.568.955.218,00					
Outros devedores		27.500.000.000,00		27.500.000.000,00	150.000.000,00					
		34.047.956.890,00		34.047.956.890,00	1.718.955.218,00					
Dividas de terceiros - Curto prazo:										
Clientes, c/c		322.768.301,60		322.768.301,60	364.279.166,60					
Empresas do grupo		2.661.618.656,50		2.661.618.656,50	2.893.529.250,50					
Empresas participadas e participantes		52.650,00		52.650,00	52.650,00					
Estado e outros entes públicos		165.574.269,00		165.574.269,00	97.928.431,00					
Outros devedores		718.690.336,00		718.690.336,00	1.970.230.886,10					
		3.868.704.213,10		3.868.704.213,10	5.326.020.184,20					
Títulos negociáveis:										
Outros títulos negociáveis		4.002.000,00		4.002.000,00	4.002.000,00					
		4.002.000,00		4.002.000,00	4.002.000,00					
Depósitos bancários e caixa:										
Depósitos bancários		1.678.682.335,10		1.678.682.335,10	4.855.857,10					
Caixa		4.575.277,00		4.575.277,00	1.598.563,00					
		1.683.257.612,10		1.683.257.612,10	6.454.420,10					
Acréscimos e diferimentos:										
Acréscimos de proveitos		507.625.829,00		507.625.829,00	227.124.318,00					
Custos diferidos		444.532.082,00		444.532.082,00	44.821.096,00					
		952.157.911,00		952.157.911,00	271.945.414,00					
Total de amortizações			1.464.532.055,70							
Total do activo		65.985.382.341,80	1.464.532.055,70	64.520.850.286,10	65.661.831.620,90					

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Carlos Manuel Ferreira Abrantes

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Vasco Luis Schultheiss de Quevedo Pessanha

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

CUSTOS E PERDAS	1º SEMESTRE 2000		1º SEMESTRE 1999	
Fornecimentos e serviços externos		60.126.277,50		62.709.704,00
Custos com o pessoal:				
Remunerações	68.659.212,00		74.071.205,00	
Encargos sociais:				
Pensões	4.002.000,00		4.002.000,00	
Outros	16.203.405,00	88.864.617,00	16.031.087,00	94.104.292,00
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	222.577.876,00	222.577.876,00	176.886.000,00	176.886.000,00
Impostos	12.069.071,00		3.540.169,00	
Outros custos e perdas operacionais	5.182.898,00	17.251.969,00	6.990.983,00	10.531.152,00
(A)		388.820.739,50		344.231.148,00
Juros e custos similares:				
Outros	257.649.511,00	257.649.511,00	128.801.166,70	128.801.166,70
(C)		646.470.250,50		473.032.314,70
Custos e perdas extraordinários		1.216.242,00		2.149.266,00
(E)		647.686.492,50		475.181.580,70
Imposto sobre o rendimento do exercício		0		0
(G)		647.686.492,50		475.181.580,70
Resultado líquido do exercício	(+)	356.336.143,50	(+)	298.140.527,20
		1.004.022.636,00		773.322.107,90
PROVEITOS E GANHOS				
Prestações de serviços	379.603.722,00	379.603.722,00	523.733.737,00	523.733.737,00
Proveitos suplementares	556.089.925,00	556.089.925,00	241.356.000,00	241.356.000,00
(B)		935.693.647,00		765.089.737,00
Outros juros e proveitos similares:				
Outros	15.873.372,00	15.873.372,00	524.811,90	524.811,90
(D)		951.567.019,00		765.614.548,90
Proveitos e ganhos extraordinários		52.455.617,00		7.707.559,00
(F)		1.004.022.636,00		773.322.107,90

RESUMO:				
Resultados operacionais: (B) - (A) =	(+)	546.872.907,50	(+)	420.858.589,00
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =	(-)	241.776.139,00	(-)	128.276.354,80
Resultados correntes: (D) - (C) =	(+)	305.096.768,50	(+)	292.582.234,20
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =	(+)	356.336.143,50	(+)	298.140.527,20
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =	(+)	356.336.143,50	(+)	298.140.527,20

Relatório de Revisão Limitada

Elaborado por Auditor Registrado na CMVM sobre Informação Semestral

Introdução

1 Para os efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de revisão limitada sobre a informação do primeiro semestre do exercício de 2000 da **Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA** a qual inclui: o Balanço referente a 30 de Junho de 2000, a Demonstração dos Resultados por naturezas do semestre então findo e o respectivo anexo, documentos que evidenciam um total de balanço de 64 520 850 contos e um total de capital próprio de 45 508 673 contos, incluindo um resultado líquido após impostos de 356 336 contos.

2 As quantias das demonstrações financeiras, bem como a informação financeira histórica contida no Relatório de Gestão são as que constam dos registos contabilísticos, que foram objecto do nosso trabalho.

Responsabilidades

3 É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a informação financeira histórica preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (ii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iii) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriados e (iv) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente sobre essa informação, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5 Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 8 abaixo, o trabalho a que procedemos consubstancia uma revisão limitada tendo, portanto, como objectivo obter uma segurança moderada de que a informação acima referida não contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho, foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas,

Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA

foi planeado de acordo com aquele objectivo e consistiu principalmente em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; (v) se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e (vi) na revisão das transacções não usuais de grande significado.

6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância do Relatório de Gestão com a informação financeira divulgada.

7 Entendemos que o trabalho efectuado, não tendo por objectivo proporcionar tanta segurança quanto uma auditoria e não permitindo expressar uma opinião, proporciona uma base aceitável para a expressão do presente parecer.

Reserva

8 Os investimentos financeiros foram valorizados ao custo de aquisição, consistentemente com exercícios anteriores, não tendo a Sociedade vindo a adoptar o método da equivalência patrimonial na sua valorização, nem quantificado o respectivo efeito nas demonstrações financeiras, dado considerar que este está substancialmente evidenciado nas demonstrações financeiras consolidadas. Em face dos dados disponíveis, não foram calculadas, à data deste relatório, todos os efeitos da adopção deste método na apresentação dos investimentos financeiros.

Parecer

9 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, excepto quanto aos efeitos da situação referida no parágrafo 8 acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do semestre findo em 30 de Junho de 2000 contém distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

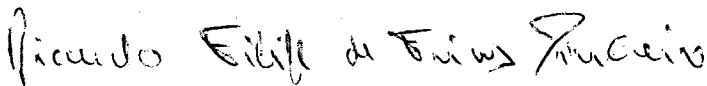
10 Sem modificar o parecer expresso no parágrafo anterior, salientamos que (i) o nosso parecer sobre a informação do primeiro semestre de 1999, datado de 16 de Setembro de 1999, incluía uma reserva relacionada com o tratamento adoptado no registo contabilístico dos valores associados à aquisição do Sub-Grupo Mafipa (cerca de 660 milhares de contos), os quais vieram a ser regularizados no decorrer do segundo semestre de 1999 e (ii) o encargo com o imposto sobre o rendimento é calculado pelo método dos

Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA

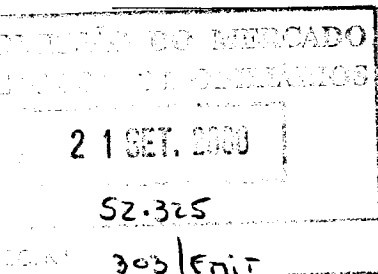
impostos a pagar, consistentemente com as práticas seguidas em Portugal até 1997, não adoptando a Sociedade o método dos impostos diferidos nem quantificando o efeito nas demonstrações financeiras.

Lisboa, 18 de Setembro de 2000

Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,
representada por:

A handwritten signature in black ink, reading "Ricardo Filipe de Frias Pinheiro". The signature is written in a cursive, flowing style.

Ricardo Filipe de Frias Pinheiro, ROC



Belarmino Martins, Eugénio Ferreira e Associados, SROC
Av. da Liberdade, 245 - 8.º C
1269-035 Lisboa
Portugal
Telefone +351 21 319 7000
Fax +351 21 316 1112

Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registrado na CMVM sobre Informação Semestral

Introdução

1 Para os efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de revisão limitada sobre a informação consolidada do primeiro semestre do exercício de 2000 da **Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA** a qual inclui: o Balanço Consolidado referente a 30 de Junho de 2000, a Demonstração Consolidada dos Resultados por naturezas do semestre então findo e o respectivo anexo, documentos que evidenciam um total de balanço de 172 679 482 contos e um total de capital próprio de 34 502 964 contos, incluindo um resultado líquido após impostos negativo de 1 530 760 contos.

2 As quantias das demonstrações financeiras, bem como a informação financeira histórica contida no Relatório de Gestão são as que constam dos registos contabilísticos, que foram objecto do nosso trabalho.

Responsabilidades

3 É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a informação financeira histórica preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (ii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iii) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados e (iv) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente sobre essa informação, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5 Excepto quanto às limitações descritas no parágrafo 8 abaixo, o trabalho a que procedemos consubstancia uma revisão limitada tendo, portanto, como objectivo obter uma segurança moderada de que a informação acima referida não contém distorções

Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA

materialmente relevantes. O nosso trabalho, foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo e consistiu principalmente em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira consolidada; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; (v) se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e (vi) na revisão das transacções não usuais de grande significado.

6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância do Relatório de Gestão com a informação financeira divulgada.

7 Entendemos que o trabalho efectuado, não tendo por objectivo proporcionar tanta segurança quanto uma auditoria e não permitindo expressar uma opinião, proporciona uma base aceitável para a expressão do presente parecer.

Reservas

8 Do trabalho a que procedemos resultaram as seguintes limitações de âmbito:

- (i) O Imobilizado inclui marcas e terrenos e edifícios de propriedade de subsidiárias do Grupo, reavaliados, aquando da aquisição dessas subsidiárias ou no decorrer do primeiro semestre de 2000, por cerca de 36 milhões de contos, que, no caso das marcas, não são amortizadas por ser intenção da Administração proceder à apreciação do seu valor regularmente. Não estando disponível toda a informação sobre o período de vida das marcas e as avaliações efectuadas dos terrenos e edifícios, não é possível apurar o efeito que esta informação adicional poderia ter nas demonstrações financeiras consolidadas.
- (ii) O encargo com o imposto sobre o rendimento é calculado, consistentemente com exercícios anteriores, pelo método dos impostos a pagar, excepto para algumas subsidiárias estrangeiras. Nestas circunstâncias, o Grupo não adopta ainda para todas as empresas o método dos impostos diferidos, nem quantifica o respectivo efeito nas demonstrações financeiras consolidadas. Na ausência desta informação, não é possível apurar todos os efeitos inerentes à implementação integral deste novo método nas contas consolidadas.
- (iii) A rubrica de Provisões para outros riscos e encargos inclui em 30 de Junho de 2000 uma estimativa preliminar de encargos, num montante de cerca de 2 milhões de contos, registados por contrapartida de Outras reservas, que poderão vir a ser ajustados e reclassificados após o seu apuramento definitivo; nestas circunstâncias

Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA

e à data do presente relatório, não é possível estimar todos os efeitos contabilísticos que possam estar associados ao primeiro semestre de 2000.

Parecer

9 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas no parágrafo 8 acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2000 contém distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

10 Sem modificar o parecer que expressamos no parágrafo 9 acima, salientamos as situações seguintes:

- (i) O nosso parecer e relatórios sobre a informação consolidada do primeiro semestre de 1999 e do exercício e de exercícios anteriores, incluíam reservas relacionadas com a utilização de Reservas de reavaliação não realizadas, a existência em Acréscimos e diferimentos e em Imobilizado de custos de desenvolvimento e de especialização de proveitos e o critério de valorização de uma linha de produção numa subsidiária que foi alienada pelo Grupo durante o ano 2000 (menos-valia de cerca de 3,7 milhões de contos), deixando, nesta conformidade, estas situações de ter relevância nas demonstrações financeiras consolidadas de 30 de Junho de 2000.

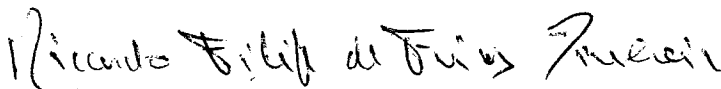
O mesmo parecer e relatórios sobre a informação consolidada do primeiro semestre de 1999 e do exercício e de exercícios anteriores incluíam ainda reservas relacionadas com o tratamento adoptado no registo de valores respeitantes à aquisição do Sub-Grupo Mafipa, à valorização das rubricas de Clientes e Outros devedores e aos ganhos registados entre Empresas do Grupo, os quais vieram a ser regularizados no decorrer do segundo semestre de 1999, ou no primeiro semestre de 2000 mediante o reforço da Provisão para outros riscos e encargos e de Outros credores e a respectiva afectação de Outras reservas (cerca de 2 milhões de contos).

Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA

- (ii) A rubrica de Dívidas a terceiros de médio e longo prazo inclui empréstimos bancários que são objecto de renegociação periódica, sendo convicção da Administração que estes, pela renovação consecutiva e consequente permanência no balanço, assumem características de médio e longo prazo.

Lisboa, 18 de Setembro de 2000

Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,
representada por:



Ricardo Filipe de Frias Pinheiro, ROC